



RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES

2002

Realização: CDPDH
Apoio: CORDAID, MISEREOR, B. DELEN, MIVA

FORTALEZA – CEARÁ
ABRIL/2003



CENTRO DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES 2002

INTRODUÇÃO

Este relatório constitui-se o registro do conjunto de ações do CDPDH junto às famílias das Áreas de Risco e aos Povos Indígenas Tapeba, Pitaguary e Jenipapo-Kanindé no ano de 2002.

Na primeira parte deste relatório são apresentadas as atividades do Projeto de Assessoria as Áreas de Risco na cidade de Fortaleza pela Temática Terra e Moradia - TM, junto a lideranças e famílias que residem às margens de rios, lagos e lagoas, trilhos, morros e prédios abandonados. A finalidade do trabalho desenvolvido é a eliminação das áreas de risco por meio da remoção das famílias para áreas que não apresentem risco a vida.

Na segunda parte são apresentadas as atividades da Temática Indigenista a partir do Projeto de Autonomia aos Três Povos Indígenas. Dentro da Conjuntura Nacional os Povos do Ceará, foram marcados em ações favoráveis e contrárias. Aconteceram 14 Audiências Públicas nos municípios onde existe presença indígena no estado do Ceará, culminando com o **Seminário Ceará Terra da Luz, Terra dos Índios**, por ocasião da Semana dos Povos Indígenas. Como conquista do Movimento Indígena, ocorreram 02 retomadas na terra Tapeba, um posseiro foi expulso da terra dos Pitaguary, além da Demarcação e Desintrusão da terra de um grupo do Povo Tremembé (restando apenas 01 posseiro) e a FUNAI – Fundação Nacional do Índio instituiu um novo GT – Grupo de Trabalho que já está na Área, para identificar e

delimitar a Terra Indígena Tapeba. Na contramão das conquistas, o processo administrativo do Povo Tapeba foi anulado em última instância no mês de junho.

Esperamos que o presente documento demonstre a riqueza do trabalho, tão carregado de dificuldades, devido a um processo lento de atendimento as famílias das Áreas de Risco, com o atendimento a novas moradias e construção de equipamentos sociais. Por outro lado apresentamos as apresentadas dentro do período de 500 anos de negação das etnias e das diferenças culturais dos povos que constituem essa nação brasileira. Que ele também possa mostrar que ao lado das dificuldades existe o fascínio por essas etnias que têm resistido ao longo dessas centenas de anos a todas as atrocidades, dizendo: “estamos vivos”.

Por fim, o ano de 2002 também foi de uma importância particularmente especial para o CDPDH, que comemorou em maio os seus 20 anos de existência e luta pela defesa e promoção dos direitos humanos no Ceará. **Fundado em 1982, o CDPDH – Centro de Defesa e Promoção dos Direitos humanos da Arquidiocese de Fortaleza ao completar seus 20 anos de luta, tem seus princípios e missão direcionada na defesa e promoção dos direitos humanos da sociedade cearense. Para a realização do evento, que contou com a presença de diversos convidados** (lideranças comunitárias, ONG's, entidades pastorais, entidades da sociedade civil e outros parceiros e colaboradores), **o CDPDH na ocasião do evento, que aconteceu no dia 15 de Junho, lançou um documentário, folder e sua nova logomarca.**

PARTE I

As ações nas áreas de Risco foram realizadas a partir de situações vivenciadas pelas comunidades a partir da situação sócio-político e econômico, considerando o conjunto da cidade em sua complexidade.

1. Situação nas Áreas de Risco na Cidade de Fortaleza

- ☉ Mesmo sem a conclusão da infra-estrutura hídrica e sanitária das casas, os moradores tiveram que ocupá-las devido ao aumento da calamidade nos barracos que moravam;
- ☉ As famílias restantes ficaram insatisfeitas com a demora na construção das casas;
- ☉ Dificuldades das lideranças em gerenciar os novos espaços construídos e assumir os compromissos com o pagamento das despesas de água, energia elétrica, esgoto, etc.;
- ☉ Falta de organização interna na UNECOM¹ – prioridades nas atividades desenvolvidas;
- ☉ Famílias da Vila Cazumba ainda não tinham recebido qualquer tipo de atendimento dos poderes públicos, nem estadual nem municipal;
- ☉ Na Vila Cazumba ocorreu um acidente que provocou o sinistro de 100 barracos queimados nesta área;
- ☉ Ameaçados pelo não cumprimento da ação judicial que obrigou o governo do estado a urbanizar e construir as casas do complexo Pirambu/Barra do Ceará, dentro do projeto Costa Oeste;
- ☉ Houve reação das lideranças e das famílias deste complexo que tiveram o processo de remoção para suas novas casas paralisado, devido ao embargo das obras de execução do projeto Costa Oeste, provocado por uma ação judicial do Ministério Público Federal que questionou o impacto ambiental do projeto;

¹ União das Entidades Comunitárias do Tancredo Neves.

- ⊗ Famílias nas margens do Rio sem atendimento, devido ao retardamento do governo em iniciar as obras;
- ⊗ Briga política do governo do estado com as duas prefeituras (Fortaleza e Caucaia) em relação à apropriação desse projeto;
- ⊗ O CDPDH mantém uma ação judicial em favor das famílias das áreas de risco, e uma Representação no MPF - Ministério Público Federal, sendo a Ação Ordinária com Obrigação de fazer e ressarcimento de danos;
- ⊗ Os governos do estado e do município de Fortaleza foram chamados pelo juiz processante para apresentarem suas defesas na ação Judicial movida pela FBFF² com a assessoria jurídica do CDPDH;
- ⊗ A FBFF e o CDPDH foram, depois de ofertadas as defesas dos poderes públicos em referência, agora, convidados a elaborarem a réplica;
- ⊗ Necessidade de divulgar os relatórios das duas comissões parlamentares da CMF e ALEC junto à sociedade civil e encaminhar a execução de suas propostas pelos poderes públicos;
- ⊗ Necessidade de pressionar o tribunal de justiça do estado para sensibilizar as autoridades do poder judiciário no sentido de sensibilizá-las para a agilização das ações judiciais das famílias das áreas de risco, ajuizadas pelo CDPDH, que estão tramitando já justiça federal e na justiça estadual;
- ⊗ Indefinição do Projeto Consorciado do Corredor Ecológico do Rio Maranguapinho;
- ⊗ Inoperância da prefeitura de Fortaleza em iniciar as obras de atendimento da área da Lagoa do Opaia;
- ⊗ No final desse trienal, o processo de articulação obteve bons resultados com a sensibilização e compromisso das instituições da sociedade civil e política na resolução do problema dos moradores em áreas de risco. Para reforçar esses

resultados positivos, seria necessário conquistar maiores espaços de discussão e deliberação que faltavam dentro dos poderes públicos para facilitar a implementação de políticas públicas de habitação popular;

- ⊗ A organização do Fórum atinge um ponto crítico devido à necessidade de institucionalizar esse espaço de discussão. Divergências entre algumas lideranças de entidades que integram o fórum.
- ⊗ Reuniões com lideranças das áreas de risco ainda não atendidas para discutir a proposta de trabalho para o trienal 2003-2005;
- ⊗ Realização, junto a 35 lideranças das áreas de risco ainda não atendidas, de uma pesquisa para identificar o perfil médio das novas áreas a serem assessoradas pelo CDPDH no trienal 2003-2005;
- ⊗ Realização de uma Pesquisa junto às famílias das áreas de risco atendidas para avaliar o processo de atendimento;
- ⊗ Reuniões da equipe para elaboração do projeto;
- ⊗ Estudo analítico dos técnicos para a elaboração do novo projeto;
- ⊗ Estudo financeiro para o novo projeto;
- ⊗ Assembléia ordinária dos sócios do CDPDH, com caráter eletivo, realizada em outubro de 2002;
- ⊗ Podemos dizer que a equipe, ao longo do processo, que remonta de 1998, desenvolveu uma vontade de realmente trabalhar o tema. Estabeleceram-se momentos de estudo e organizou-se uma ampla bibliografia, além de priorizado a participação em eventos e articulações com a temática;

2. Atividades: Público Alvo e Articulação Político-Social dentro da Cidade

⊗ Cinco Reuniões com o objetivo de:

² Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza.

- a) Discutir com os moradores assentados a formação de uma entidade que possa congrega as áreas da Rogaciano Leite, Pindorama, Cajazeiras, Só Ferro, como também a situação de segurança, saúde nas áreas assentadas;
 - b) Discutir com as comunidades, problemas por parte do atendimento do projeto;
 - c) Discutir o atendimento às famílias que ainda não foram atendidas na Lagoa da Zeza;
 - d) Apresentar às entidades, equipamentos sociais e igrejas, a proposta de um trabalho conjunto, ou seja, enfrentamento dos problemas sociais do bairro, a partir de uma única entidade que seria chamada de UNECOM;
 - e) Estudar o estatuto da nova entidade;
- ☉ 03 reuniões com lideranças da UNECOM para orientar o planejamento de ações da entidade com os moradores e lideranças do Complexo Tancredo Neves;
 - ☉ Reuniões para orientar as lideranças e famílias da comunidade para realizar o cadastramento de famílias dentro da área ocupada na Vila Kazumba e encaminhar aos órgãos públicos responsáveis pelo setor de habitação na prefeitura e no governo estadual;
 - ☉ Acompanhamento, orientação e mediação das famílias desabrigadas junto a Defesas Civas do Governo Estado e da Prefeitura Municipal de Fortaleza, com o objetivo de dar uma solução ao problema da moradia.
 - ☉ **Seis Reuniões para:**
 - a) Socializar as informações relativas às decisões judiciais para o Costa-Oeste;
 - b) Trabalhar o reforço organizacional das lideranças (ações e reações coletivas para o devido monitoramento das conquistas judiciais no atendimento de urbanização do Complexo e construção das moradias nas áreas de risco).
 - c) Acompanhar a realocação das famílias até a construção das casas.

- ☉ Reuniões com o Ministério Público, lideranças, IBAMA³, SEMACE⁴, COEMA⁵, CEDH⁶, Coordenação de Habitação do Estado, Prefeitura Municipal de Fortaleza – Regional para discutir a emergência da transferência das famílias;
- ☉ Reuniões com técnicos do governo estadual e lideranças para discutir a forma organizativa da transferência das famílias para as novas casas;
- ☉ Foi feito acordo entre o Ministério Público Federal e o governo estadual para a transferência, inicialmente, de 600 famílias das áreas de risco do Complexo Costa Oeste para as novas 2.500 casas construídas nas proximidades;
- ☉ **Cinco Reuniões com lideranças do Autran Nunes, Genibaú e Tupinambá da Frota com o objetivo de:**
 - a) Solicitar uma audiência na SEINFRA;
 - b) Discutir sobre o atendimento;
 - c) Definir a remoção das famílias;
 - d) Obter visão crítica do projeto governamental;
 - e) Planejar o seminário sobre políticas públicas e cidadania.
- ☉ **Dois Reuniões na comunidade do Capim com o objetivo de:**
 - a) Conceituar/definir áreas de risco;
 - b) Apresentar o projeto Capim: número de famílias e critérios;
- ☉ 02 reuniões sobre gestão e participação comunitária com os moradores da margem direita do rio Maranguapinho, que tiveram a construção de suas casas iniciadas pelo Governo do Estado;
- ☉ Foi realizado um estudo sobre metodologia do trabalho comunitário com as Sociedades Habitacionais criadas para organizar os moradores durante o processo de atendimento de moradia;

³ Instituto Brasileiro de Amparo ao Meio Ambiente.

⁴ Secretaria do Meio Ambiente do Ceará.

⁵ Conselho Estadual do Meio Ambiente.

⁶ Conselho Estadual dos Direitos Humanos.

- ☉ Foi solicitada uma reunião com representantes do Governo do Estado para discutir atendimento às novas famílias do trecho Maranguapinho lado esquerdo – sentido avenida Senador Fernandes Távora até a avenida Mister Hull dentro do novo Projeto Maranguapinho, que ficou restrito à desobstrução e preservação do rio, construção de ruas de paralelepípedo, sem asfalto, à sua margem e remoção das famílias das áreas de risco;
- ☉ A equipe do CDPDH realizou visitas ao rio Maranguapinho para a constatação da situação de degradação do rio e o estabelecimento de ações junto aos poderes públicos para a resolução dos problemas antes do período das chuvas;
- ☉ Acompanhamento do desfecho da Representação no Ministério Público Federal.
- ☉ 3 reuniões preparatórias para finalização da Ação Ordinária com obrigação de fazer com entidades filiadas à FBFF, onde foram coletados os dados e fatos das perdas ocorridas durante a calamidade;
- ☉ Reunião na FBFF para o monitoramento da ação impetrada na 5ª Vara da Fazenda Pública da comarca de Fortaleza;
- ☉ Reuniões com a FBFF para o levantamento de dados para fundamentar a réplica contra a defesa dos governos municipal e estadual;
- ☉ O CDPDH subsidiou a coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Minorias, que integra o ministério público estadual, com cópias da ação judicial para fundamentar as ações desta instituição em favor das famílias das áreas de risco.
- ☉ **Foram realizadas reuniões e articulação com os seguintes objetivos:**
 - a) Elaborar o relatório de denúncias das 2 comissões parlamentares junto com Fórum dos Moradores das Áreas de Risco/CDPDH;
 - b) Avaliar e planejar juntamente com o Pacto de Cooperação as atividades 2001/2002;

- c) Discussão sobre áreas de risco com a diretoria do Jornal de maior circulação local, para discutir a reativação dos fóruns de políticas públicas do respectivo jornal;
- ☉ Reunião junto ao Tribunal de Justiça do Estado para sensibilizá-lo quanto à agilização do julgamento das ações judiciais das áreas de risco que tramitam na justiça federal e estadual;
 - ☉ Discussão sobre o corredor ecológico do Rio Maranguapinho (Projeto Consorciado) no PLANEFOR, envolvendo 4 prefeituras de municípios da Região Metropolitana de Fortaleza (Maranguape, Maracanaú, Caucaia e Fortaleza);
 - ☉ Discussão sobre o atendimento da área da Lagoa do Opaia no Conselho Municipal de Habitação Popular;
 - ☉ Articulação junto ao governo do estado para sancionar as leis⁷: *Conselho Estadual de Habitação, Fundo Estadual de Habitação, Comissão permanente de habitação* (leis aprovadas no Legislativo);
 - ☉ Articulação junto ao legislativo municipal para a votação e aprovação das leis: *HABITAFOR*, lei que obriga a prestação de contas do *Fundo de Terras*, lei que altera a *dotação orçamentária* aumentando os recursos para habitação popular, lei do *mapa de valores do IPTU⁸ real* (para garantir a isenção do público de áreas de risco dos impostos). Essa articulação aconteceu junto às comissões de Urbanismo e Meio Ambiente, de Áreas de Risco e de Legislação;
 - ☉ Articulação junto ao governo municipal para envio e sanção das leis supracitadas;
 - ☉ Negociação juntamente com o Pacto de Cooperação para agilização da política de habitação estadual e municipal;

⁷ O procedimento constitucional, em relação à criação de leis, determina que o Poder Executivo crie uma mensagem de lei (projeto de lei) e envie para a votação no Poder Legislativo. Se houver votação positiva por parte do legislativo, o poder executivo, então, a sanciona. No caso do governo do Estado a criação e votação dessas leis partiram diretamente do Legislativo, o que é também possível. No caso do Município, houve o procedimento normal.

⁸ Imposto Predial e Territorial Urbano.

- ☉ PLANEFOR⁹: O CDPDH participou de estudos sobre o Estatuto da Cidade para elaborar propostas de *regulamentação da Lei Orgânica do Município de Fortaleza (LOM)*; *estudo técnico do projeto Rio Maranguapinho*; *estudo e planejamento das ações do mapa da fome, com interface com o projeto Fome Zero do governo federal*;
- ☉ Encontros com diversos setores da sociedade civil e Igreja para discutir a criação de um espaço de reflexão sobre a problemática urbana da cidade de Fortaleza;
- ☉ Assembléias com fortíssimos embates por conta da divergência entre participantes e entidades de apoio sobre a tentativa de transformar o Fórum em uma entidade;
- ☉ Reuniões com lideranças no fechamento do relatório das Áreas de Risco das Comissões Parlamentares;
- ☉ Presença nas Audiências de entrega dos relatórios às autoridades;
- ☉ Reuniões com a coordenação do Fórum sobre a retomada da normalidade e definição do papel da entidade criada;
- ☉ Reunião de estudo com as lideranças do Fórum sobre o atual momento político (Eleições 2002) e a neutralidade do Fórum diante da tendência partidária;
- ☉ Reuniões com toda a equipe do CDPDH para a discussão e programação do evento de comemoração;
- ☉ Reuniões com entidades e colaboradores para a coleta de contribuições para a realização do evento de 20 anos;
- ☉ Realização de entrevistas aos diversos órgãos da imprensa local;
- ☉ Programação do evento de 20 anos do CDPDH para o dia 15 de junho;
- ☉ Preparação de um documentário sobre os 20 anos do CDPDH;
- ☉ Elaboração do novo folder de divulgação do CDPDH;

⁹ Planejamento Estratégico de Fortaleza.

☉ Organização de uma bibliografia com acesso a todos para leituras individuais e coletivas.

3. Resultados Obtidos na Execução e Articulação do Projeto na Cidade de Fortaleza

☉ Realização de 06 assembléias nas comunidades que discutiram e aprovaram a criação uma entidade de cunho federativo dentro do bairro, incluindo as áreas do complexo. Solicitada a maior circulação da viatura policial nas áreas e a presença do carro fumacê para erradicação de mosquitos;

☉ Formada uma comissão de moradores para contatar com a Assistente Social do governo sobre os problemas no atendimento;

☉ Aprovado o Estatuto da UNECOM em 20/03/02;

☉ Diretoria da UNECOM eleita em maio de 2002;

☉ Realização de 06 assembléias nas comunidades que discutiram e aprovaram a criação uma entidade de cunho federativo dentro do bairro, incluindo as áreas do complexo. Solicitada a maior circulação da viatura policial nas áreas e a presença do carro fumacê para erradicação de mosquitos;

☉ Formada uma comissão de moradores para contatar com a Assistente Social do governo sobre os problemas no atendimento;

☉ Aprovado o Estatuto da UNECOM em 20/03/02;

☉ Diretoria da UNECOM eleita em maio de 2002;

☉ Foi formada uma comissão de lideranças do complexo para se trabalhar com entidades parceiras um planejamento estratégico para a UNECOM;

☉ Foi feito um documento reivindicatório ao Governo do Estado sobre a situação educacional do complexo, sistema de saneamento e sobre a questão do atendimento no posto de saúde do complexo;

☉ Foi realizado pelas lideranças da Vila Kazumba um cadastro de todas as famílias e apresentado na SER VI, ficando o Secretário da Regional com o compromisso de visitar

as famílias da área e encaminhar proposta da construção de moradias para as famílias;

☉ Através de articulações e reuniões com representantes do Governo do Estado e representantes da Prefeitura de Fortaleza, as famílias que tiveram seus barracos queimados, foram colocadas em abrigos provisórios aguardando a construção das moradias;

☉ Foi realizada uma audiência entre lideranças da Vila Kazumba e representantes dos governos estadual e municipal, onde a Prefeitura Municipal de Fortaleza assumiu o compromisso de realizar o atendimento de moradia das famílias desta área;

☉ Mantidas as garantias das conquistas judiciais que asseguram a permanência dos moradores;

☉ Iniciada a construção de 2.500 casas do Complexo;

☉ Foi feito acordo entre o Ministério Público Federal e o governo estadual para a transferência, inicialmente, de 600 famílias das áreas de risco do Complexo Costa Oeste para as novas 2.500 casas construídas nas proximidades;

☉ Apresentado o projeto Boulevard Maranguapinho na SEINFRA.

☉ Conhecido o projeto pelas famílias e lideranças;

☉ Esclarecido o número de famílias (1.200 realocados e 800 indenizadas) com previsão de atendimento para Fevereiro/2003 a Julho/2003;

☉ O seminário foi planejado para 06 de Janeiro de 2002 de 8 às 17h;

☉ Percebido que o projeto não satisfazia às lideranças (famílias), pois nem todas as famílias seriam contempladas;

☉ Famílias esclarecidas sobre o que é área de risco;

☉ Famílias revoltadas diante da indefinição do governo do Estado, quanto ao número de famílias atendidas e prazo de atendimento;

☉ Duas Sociedades Habitacionais informadas e orientadas sobre gestão comunitária e metodologia do trabalho comunitário;

- ☉ Realizada uma audiência com representantes do governo estadual sobre a continuidade dos trabalhos de remoção das famílias nas áreas de risco da margem esquerda do rio Maranguapinho;
- ☉ O Ministério Público ainda não ingressou com a ação, mas chamou os 2 governos para a obrigatoriedade do atendimento;
- ☉ Saiu um planejamento de ações preventivas às calamidades e de atendimento emergencial, após a assinatura de convênio entre Prefeitura e Governo do Estado para realizar a desobstrução dos rios e canais que cortam Fortaleza;
- ☉ Obrigatoriedade da elaboração do cadastramento único geral das áreas de risco e favelas da grande Fortaleza;
- ☉ Aprovada a promoção de uma Ação Ordinária por unanimidade das entidades comunitárias filiadas para o ajuizamento da ação;
- ☉ Ajuizada a Ação Ordinária com obrigação de fazer com ressarcimento de danos – CDPDH/FBFF, em maio de 2002 com manifestação popular;
- ☉ A Câmara Municipal de Fortaleza promoveu uma audiência pública para tornar público o ajuizamento da Ação;
- ☉ A Prefeitura Municipal de Fortaleza, em convênio com o governo estadual e sob a mediação do Ministério Público Estadual, elaborou plano de obras de limpeza e desobstrução de rios e canais da cidade, de maneira a prevenir novas enchentes, a ser executado a partir de janeiro de 2003;
- ☉ O centro de Apoio Operacional às Minorias, que integra o Ministério Público Estadual, iniciou reuniões com representantes da Prefeitura municipal de Fortaleza e do governo do estado para discutir ações de prevenções às novas calamidades nas áreas de risco;
- ☉ Relatório concluído, divulgado e entregue às autoridades governamentais e do judiciário, persistindo no atendimento à demanda;
- ☉ Reivindicações contidas no relatório transformadas em lei para criação: Conselho Estadual de Habitação Popular e uma comissão de controle permanente das ações

governamentais para habitação em nível estadual no municipal: Fundação Municipal de Habitação (HABITAFOR) – em votação;

☉ Pacto de Cooperação prioriza o desenvolvimento sócio-econômico do Estado com grande visibilidade na habitação, para o ano de 2002;

☉ O Pacto decidiu monitorar os 3 poderes para a efetivação do direito à moradia;

☉ Fóruns de discussão de políticas públicas reativados pelo jornal de maior circulação local;

☉ Maior comprometimento do Tribunal de Justiça do estado em apressar o julgamento das ações em tramitação na justiça federal e estadual;

☉ O governo do Estado passa a ser o responsável pelo consórcio e a proposta do corredor ecológico do Rio Maranguapinho;

☉ Data de atendimento para Lagoa definida para Julho/2002, pela Prefeitura de Fortaleza;

☉ Com as eleições realizadas para o Governo do Estado, em outubro de 2002, a sanção dessas leis ficou para a responsabilidade do governo eleito que tomará posse em 1º de janeiro de 2003;

☉ A Câmara Municipal de Fortaleza marcou para fevereiro de 2003, a votação dessas leis municipais;

☉ O Estado criou um grupo técnico para definição da política habitacional e contratou uma empresa para elaborar o termo de referência dessa política. No nível municipal foi contratada instituição para formatação da política de habitação, com prazo de entrega até março de 2003;

☉ Criação do núcleo de habitação e meio ambiente¹⁰, envolvendo CDPDH, Cáritas, Cearah¹¹ Periferia, CEB's¹², Pastoral do Solo Urbano, Instituto Sertão, Escritório de Direitos Humanos Frei Tito de Alencar;

¹⁰ Segundo seu folder de apresentação, o Núcleo tem a intenção de integrar os mais diversos setores da sociedade civil para a promoção de ações no campo da habitação e do meio ambiente. Um outro objetivo desse grupo é informar e conscientizar a população da problemática da

- ☉ Houve divisão entre os participantes sobre a entidade a ser criada;
- ☉ Insatisfação das lideranças em relação ao Relatório devido à demora que vai ser o atendimento, pois o documento propõe fases de estudo das áreas, nisso foi provocado um clima de protesto que gerou a realização de uma Campanha das Áreas de Risco;
- ☉ Ficou clara a importância do nascimento de uma entidade e definido seu papel;
- ☉ Houve convencimento por parte das lideranças da neutralidade do Fórum em campanhas políticas;

☉ **Ampla cobertura da imprensa escrita e televisiva da programação dos 20 anos do CDPDH a partir de:**

☉ **Bibliografia acumulada:**

- a) Feminismo, Educação e gênero – metodologia do trabalho – FÊMEA;
- b) “Las Mujeres Somos Iglesia” Las Católicas Dan Forma a Ministérios y Teologías – Mary Hunt;
- c) Introducción a una Revolución – Mary Hunt;
- d) Carismáticos e Pentecostais: a dimensão feminina dos movimentos revivalistas – Maria das Dores Campos Machado;
- e) Mulheres e prática religiosa nas camadas populares: uma comparação entre as Igrejas Pentecostais, as Comunidades Eclesiais de Base e os Grupos Carismáticos;
- f) Mulher, culpabilidade e relações de gênero – CESEP – trabalho síntese.

☉ **CARTILHAS:**

- a) Série do movimento Católica pelo Direito de Decidir, sobre aborto, sexualidade, maternidade, teologia feminista e Conferência do Cairo;
- b) Violência Contra a Mulher – Centro da Mulher 8 de Março;
- c) As Incômodas Filhas de Eva na Igreja da América Latina – Ivone Gebara;

moradia através de seminários, capacitações e discussões. O Núcleo é também um canal de socialização de dados e problemas identificados em pesquisas realizadas na área por instituições afins.

¹¹ Centro de Estudos, Articulação e Referência sobre Assentamentos Humanos.

¹² Comunidades Eclesiais de Base.

- d) Levanta-te e Anda - Ivone Gebara;
- e) Compreender e Construir Novas Relações de Gênero – cartilha do MST;
- f) Mobilização Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais – Articulação de Mulheres Trabalhadoras Rurais.

🌀 **LIVROS:**

- a) A Mobilidade da Senzala Feminina – Mulheres Nordestinas, Vida Melhor e Feminismo – Ivone Gebara;
- b) Os Direitos das Mulheres – Monique Dumais;
- c) Direitos Reprodutivos no Brasil – Miriam Ventura (Fundação MacArthur);
- d) Dicionário Mulheres do Brasil – organizado por Schuma Schumacher e Érico Vital Brasil;

🌀 **REVISTAS:**

- a) Perspectivas (Fundação macartur);
- b) Série Mulher Cearense;
- c) Fêmea (revista periódica da CFÊMEA)

🌀 **VÍDEOS:**

- a) Desigualdade de Oportunidades
- b) A maçã.

🌀 Maior consciência por parte da equipe sobre a importância da temática de gênero no trabalho com as comunidades assessoradas;

🌀 Seleção de um rico material de estudo sobre gênero, colocado à disposição da equipe do CDPDH para pesquisa e estudo;

🌀 Algumas lideranças da comunidade do Gato Morto demonstrando uma maior compreensão sobre o conceito de gênero.

🌀 Elaborar um novo plano detalhado de trabalho que contemple o conjunto das áreas a serem assessoradas;

- ☉ Escolher algumas comunidades como laboratório, realizando uma pesquisa, a ser executada no primeiro ano do projeto, a fim de realizar ações provocadas por ela;
- ☉ A equipe deve insistir e priorizar a formação em gênero, realizando momentos para estudo de texto, ver filmes que abordem o assunto e participar de encontros, seminários, palestras e redes específicas.

4. Impactos do Projeto de Assessoria as Áreas de Risco na Cidade de Fortaleza

- ☉ Ajuizamento de uma ação do CEDECA¹³ contra o município de Fortaleza, pedindo o cumprimento da lei do tocante à educação;
- ☉ Ação judicial das associações comunitárias do Complexo Lagamar, solicitando a limpeza e desobstrução de trechos do rio Cocó e canais do Lagamar e o ressarcimento às famílias da área de danos materiais em decorrência da defeituosa construção da via expressa;
- ☉ O nosso processo também desencadeou, na Procuradoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, a discussão em torno da preservação/proteção ambiental, gerando discussões com os poderes públicos e a realização de visitas para conhecimento da realidade das áreas de preservação;
- ☉ O CDPDH conseguiu junto ao Conselho Estadual dos Direitos Humanos colocar em pauta a discussão sobre a saúde pública em Fortaleza, onde os mais afetados são as populações das áreas de risco, convocando os órgãos estaduais e municipais de saúde;
- ☉ O CDPDH conseguiu aprovar como pauta da primeira reunião desse conselho em 2003, a discussão sobre os problemas e soluções adequadas para as áreas de risco. A data definida foi 03.02.03.

¹³ Centro de Defesa da Criança e do Adolescente.

PARTE II

Dentro do período dos 500 anos de negação das etnias e das diferenças culturais dos povos que constituem essa nação brasileira, queremos mostrar que ao lado dessas diferenças e dificuldades existe o fascínio por essas etnias que têm resistido ao longo dessas centenas de anos a todas as atrocidades, dizendo: “estamos vivos”.

1. POVO TAPEBA

📍 **Localização e Situação da Terra:** O Povo Tapeba está localizado no Município de Caucaia, Região Metropolitana de Fortaleza. Existe a Declaração de posse permanente da terra indígena Tapeba, com 4.658 hectares, através da Portaria Declaratória do Ministro da Justiça, publicada no Diário Oficial da União de 25 de setembro de 1997, em processo de contestação no Supremo Tribunal Federal - STF.

👤 **População:** A Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, em recente pesquisa afirma que são 4.857 indígenas, dados colhidos junto ao Povo através das (os) Agentes Indígenas de Saúde - AIS. Com a implementação do Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI no Ceará, foi criado o Conselho Local de Saúde Indígena que é formado por: 01 Adolescente, 01 Idoso, 01 Parteira, 02 Agentes Indígenas de Saúde, 02 Professores, 03 Lideranças e ainda pelo(a) Presidente da Associação dos Índios Tapeba, pelo Cacique e pelo Pajé.

🎓 **Educação:** Este Povo iniciou a luta pela Educação Diferenciada no estado do Ceará, sendo a comunidade do Trilho a pioneira seguida das comunidades: Ponte e Lagoa 2, há 11 anos. Com a formação dos Professores Indígenas, através do Curso de Magistério Indígena, foi criada no mês de junho, a Associação de Professores Indígenas Tapeba – APROINT, entidade representativa desta categoria. Têm hoje um grupo de 40 Professores Indígenas distribuídos em 08 comunidades.

☉ **Subsistência:** Os Tapeba vivem do artesanato, da agricultura, da coleta e venda do caranguejo, da extração da palha de carnaúba, como diaristas na zona urbana e funcionários da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, pois possuem o Centro de Saúde Indígena Tapeba – CSIT, que está localizado na comunidade da Capoeira.

☉ **Organização:** O povo Tapeba está organizado em 11 comunidades – Ponte, Parque Soledade, Capoeira, Trilho, Capuan, Lagoa dos Tapeba I, Lagoa dos Tapeba II, Jardim do Amor, Jandaiguaba, Água Suja e Lameirão, possuem a Associação das Comunidades dos Índios Tapeba e um Conselho Local de Saúde Indígena.

☉ **Dificuldades:** Após realizarem 02 retomadas, uma em 23 de janeiro e outra no dia 07 de junho de 2002, na mesma comunidade (Lagoa I), os indígenas estão com 03 lideranças ameaçadas de morte. Os órgãos FUNAI – Fundação Nacional do Índio e MPF – Ministério Público Federal, já tomaram conhecimento, porém nada foi feito de concreto para encontrar e punir os responsáveis pelas ameaças.

☉ **Destaques:** Através das retomadas os Tapeba conseguiram recuperar 10 hectares de terra que estavam nas mãos de posseiros e agora a comunidade Lagoa I tem onde plantar para alimentar-se e no futuro, até comercializar seu plantio.

*A FUNAI enviou, no final deste ano, o antropólogo que está fazendo o re-estudo da área PovoTapeba.

2. POVO PITAGUARY

☉ **Localização Situação da Terra:** Municípios de Maracanaú e Pacatuba, na Região Metropolitana de Fortaleza e estão identificados e suas terras delimitadas conforme publicação, no Diário Oficial da União dia 03 de julho de 2000, do relatório oficial da FUNAI, com 1.735 hectares. O processo encontra-se parado por decisão judicial, devido à contestação de posseiros.

☉ **População:** Segundo dados da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, são 1.047 indígenas. Com a implementação do Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI no Ceará, foi criado o Conselho Local de Saúde Indígena Pitaguary, que é formado por: **01 Adolescente, 01 Idoso, 01 Parteira, 02 Agentes Indígenas de Saúde, 02 Professores, 03 Lideranças e ainda pelo(a) Presidente do Conselho Indígena Pitaguary, pelo Cacique e pelo Pajé.**

☉ **Educação:** Os Pitaguary iniciaram a Educação Diferenciada em 2001, onde as crianças e adultos aprendem as histórias do Povo, produzem o artesanato e dançam o Toré. Têm 15 Professores lecionando em 04 comunidades e são contratados pela Secretaria de Educação Básica do Ceará, e pela Secretaria de Educação do Município de Maracanaú. A comunidade do Santo Antonio do Pitaguary possui a primeira Escola Diferenciada em nível de Município com o nome de: Escola Municipal Indígena de Educação Básica do Povo Pitaguary, conquistada a partir do bloqueio na entrada da Terra, em dezembro de 2001.

☉ **Subsistência:** Este povo vive da atividade de produção e venda de artesanato e do carvão vegetal, da agricultura de subsistência e da pesca de açude e lagoa. Negociaram com o Fundo Diocesano de Solidariedade da Arquidiocese de Fortaleza a construção de uma Casa de Farinha Comunitária para o Povo.

☉ **Organização:** Os Pitaguary estão organizados em 04 comunidades sendo Santo Antonio, Olho D'água, Horto e Munguba, possuindo o Conselho Comunitário do Povo Indígena Pitaguary – COYPI.

☉ **Dificuldades:** Viveram uns momentos de conflito interno por causa de um posseiro, que tinha um balneário na margem do açude e vendia bebida alcoólica, ameaçando os indígenas e por último fundando a Associação de Moradores do Santo Antônio, negando e discriminando os que assumem sua identidade de índios Pitaguary. O povo

ficou dividido, pois muitos sobreviviam do comércio na beira do açude e temiam as ações do posseiro. Uma das lideranças foi ameaçada de morte, sendo perseguida em sua própria casa pela ação do posseiro. Isso desequilibrou a organização comunitária. Porém, no início de setembro houve uma ação de limpeza na área, liderada pelo Movimento Indígena do estado do Ceará, onde representantes de todos os povos do Ceará apoiaram o povo Pitaguary na retomada da área do açude, expulsão do posseiro e novo bloqueio na entrada da terra, que dura até hoje.

📍 **Destaque:** Os Pitaguary realizaram um bloqueio na entrada de suas terras no final de dezembro que teve duração de 06 meses, isto foi muito bom para a comunidade e o Povo como um todo.

3. POVO JENIPAPO-KANINDÉ

📍 **Localização e Situação da Terra:** localizam-se na Lagoa Encantada, Município de Aquiraz, há 59 Km de Fortaleza. Aguardam a publicação do relatório oficial da FUNAI que reconhece uma área de 1.640 hectares de terra desde 1997. Os membros do Grupo de Trabalho – GT da FUNAI já retornaram por três vezes à área, a fim de fazer novas averiguações, mas até agora nada temos de oficial.

📍 **População:** São 56 famílias, num total de 260 indígenas, segundo dados da FUNASA e da própria Comunidade.

📍 **Educação:** Em parceria com a SEDUC – Secretaria de Educação Básica do Ceará, iniciaram em 2000, a Educação Diferenciada onde os professores indígenas trabalham com crianças, jovens e adultos, a dança do Toré, contam a história da comunidade que ouviram dos mais velhos e confeccionam artesanato próprio (colares, artesanato de cipó (cestos, chapéus, etc), vestes...). São 05 professores ensinando na Escola Diferenciada Jenipapo-Kanindé, sob a coordenação de não-índios. Todos são remunerados pela Secretaria de Educação Básica do Ceará, e participam do Curso de

Magistério Indígena 17 Professores, sendo 07 junto com o Povo Tapeba e Pitaguary e 10 junto ao curso ministrado pela SEDUC.

☉ **Subsistência:** Vivem da caça residual e da pesca na lagoa. Cultivam mandioca, feijão, milho, batata doce e hortaliças. Fazem também artesanato de sementes, cipó e junco, que é vendido nas feiras dos municípios vizinhos.

☉ **Organização:** Os Jenipapo-Kanindé estão organizados através do Conselho Indígena Jenipapo-Kanindé, da Associação das Mulheres Indígenas Jenipapo-Kanindé e do Conselho Local de Saúde Indígena que funciona bem, onde todos participam de capacitações e das discussões sobre as políticas públicas de saúde diferenciada.

☉ **Dificuldades:** Tiveram a vinda do GT – FUNAI – Grupo de Trabalho da Fundação Nacional do Índio, 02 vezes neste semestre para “corrigir” os pontos da Delimitação da terra Jenipapo-Kanindé, no entanto, não conseguiram concluir. Neste ano estão construindo uma estrada na terra indígena. São vários quilômetros rasgando a terra e degradando o meio ambiente. Os índios fizeram denúncias, mas até agora nada foi feito. Outra dificuldade é a divergência entre as lideranças principais, que tem atrasado o processo de organização.

☉ **Destaque:** Receberam a 8ª Assembléia Estadual dos Povos Indígena do Ceará, acontecida de 15 a 19 de Janeiro de 2003, onde demonstraram uma boa capacidade de articulação de recursos e apoios para o evento, além de terem constituído equipes de serviços bastante eficientes.

4. ATIVIDADES REALIZADAS

Ⓢ **ATIVIDADES ORGANIZACIONAIS** – abaixo relacionamos as atividades desenvolvidas em 2002

TEMA	AÇÃO	ATIVIDADES/ENCAMINHAMENTOS	RESULTADOS
TERRA	Acompanhamento à Retomada Tapeba – a comunidade tem realizado várias ações de retomada de suas terras que estão nas mãos de posseiros.	Os índios realizaram reuniões onde definiram: - retomar a terra para plantar e fazer o ritual sagrado; - envolver outros parentes na luta pela terra; - envolver professores e Agentes Indígenas de Saúde para lutar pela terra.	10 hectares de Terra conquistados para plantar, viver com dignidade e fazer o ritual sagrado.
	Acompanhamento ao processo de Demarcação - Grupo de Trabalho da FUNAI nos Jenipapo-Kanindé	- visita do GT a área indígena Jenipapo para rever os pontos do memorial descritivo que foram alterados; - revisar pela 3ª vez os marcos da terra Jenipapo-Kanindé.	- Nenhuma devolução para o Povo. - Não publicação do relatório no Diário Oficial da União
	Denúncias contra a construção de uma estrada na terra Jenipapo – Kanindé	- denúncias à Procuradoria e FUNAI; - Os índios decidiram fazer vigilância da terra.	- FUNAI fotografou a estrada e enviou à Procuradoria, porém não foi tomada nenhuma providência até agora. - vigilância deficiente.

	<p>Acompanhamento ao Bloqueio na entrada da terra dos Pitaguary</p>	<p>- os índios decidiram fechar a entrada da terra por tempo indeterminado. O CDPDH colaborou com apoio na alimentação dos indígenas vigias e participando das reuniões de negociação;</p> <p>- Os índios decidiram abrir o portão nos finais de semana e feriados com o apoio da Polícia Militar.</p>	<p>- O portão permaneceu fechado até abril, porém em maio, devido à pressão externa (pessoas que utilizam o balneário, posseiros comerciantes, Prefeitura), os índios perderam o controle, o que causou prejuízo ao Povo. Felizmente, no segundo semestre o povo Pitaguary retomou o controle na entrada de suas terras, retirando o principal posseiro comerciante.</p>
	<p>Participação em audiências públicas sobre os povos indígenas do Ceará promovidas pelo Ministério Público Federal</p>	<p>- Ida às audiências realizadas em Caucaia, Maracanaú, Pacatuba e Aquiraz, onde foram discutidas as etnias Tapeba, Pitaguary e Jenipapo-Kanindé.</p> <p>- O CDPDH entregou, na audiência de Caucaia, um documento à Prefeitura de Caucaia, solicitando que esta retirasse o Mandato de Segurança que impediu o processo normal de demarcação da terra Tapeba.</p>	<p>As audiências deram visibilidade aos povos do Ceará, pois nelas participaram alunos, professores e diretores de escola, secretarias municipais, além de prefeitos ou seus representantes, bem como outros grupos organizados dos municípios onde existem povos indígenas.</p>

SAÚDE	Acompanhamento às discussões do Programa Saúde da Família Indígena	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de avaliação nos Tapeba, que detectou o mau atendimento do médico; - Realização de avaliação nos Pitaguary e Jenipapo-Kanindé, que declararam estarem sendo bem atendidos. 	<ul style="list-style-type: none"> - O atendimento foi suspenso na comunidade do Trilho – Tapeba, aguardando novas resoluções (a meta é construir um posto de saúde na área). - querem a permanência da equipe nas aldeias.
	Eleição da Nova Diretoria	- iniciado o processo de sensibilização e debates nas aldeias sobre a nova Diretoria do Conselho Local de Saúde Indígena.	Eleição em processo. FUNASA – Fundação Nacional de Saúde encontra-se em fase de reorganização do atendimento aos povos indígenas devido à mudança de governo.
APOIO AO INTERCÂMBIO ENTRE AS TRIBOS	Viagem à terra dos índios Xucuru por ocasião do aniversário de morte do Cacique Xicão Xucuru	- os índios e 01 representante do CDPDH participaram da romaria e dos protestos pela impunidade no assassinato do Cacique Xicão.	- Percepção, por parte dos índios cearenses, da boa organização dos Xucuru, dando-lhes mais forças para a caminhada.

APOIO NA REALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM ASSEMBLÉIAS REGIONAIS E ESTADUAIS E EVENTOS ORGANIZADOS PELO MOVIMENTO INDÍGENA	Apoio à participação dos três povos acompanhados na Assembléia regional de Crateús	Viagem para a região de Crateús (01 representante de cada povo acompanhado e um representante da equipe)	Crescimento no intercâmbio entre os povos do Ceará, partilhando experiências.
	Apoio à realização da Assembléia Estadual dos Povos Indígenas	Participação em reuniões de preparação e na própria realização da assembléia; Apoio na compra de alimentos e utensílios	Definição de prioridades do Movimento Indígena Cearense, com a participação de órgãos governamentais e não governamentais, além do povo Potyguara da Paraíba.
ELABORAÇÃO DO NOVO PROJETO PARA O TRIÊNIO 2003/2005	Participação na Bienal do Livro de 2002	Reuniões de preparação Articulação dos povos indígenas Apoio na compra de alimentos e passagens	Os indígenas construíram um espaço de visibilidade, divulgando e comercializando seus artesanatos e livros sobre suas histórias.
	Oficina para concepção do projeto com representantes dos três povos Reunião para apresentação da proposta do projeto e discussão de alterações	Realização de 01 oficina de elaboração do projeto com a participação de representantes de cada povo acompanhado. Realização de 01 reunião, onde apenas os Pitaguary faltaram.	- Representantes dos povos indígenas entenderam para que é feito um projeto e quais são os passos que precisam ser dados. - Foi avaliado que dessa forma o projeto é elaborado de forma mais participativa, contemplando as reais necessidades dos povos.

ATIVIDADES ORGANIZACIONAIS cont.

TEMA	AÇÃO	ATIVIDADE	RESULTADOS
EDUCAÇÃO	Acompanhamento na criação da APROINT – Associação dos Professores Indígenas Tapeba	- assembléia de fundação e eleição da Diretoria da APROINT	Criada a Associação de Professores Indígenas Tapeba – APROINT, que cuida dos interesses dos professores indígenas.
	Acompanhamento ao curso de Magistério Indígena	- mudança na coordenação do Magistério Indígena - continuidade das etapas.	- Prof ^a Ângela Linhares, coordenadora pela UFC. - conquista do apoio da SEDUC;
	Acompanhamento ao processo de reconhecimento da Escola Diferenciada Pitaguary	- discussão com o Conselho Estadual de Educação – reconhecimento da Escola Diferenciada. - conquista da Escola Municipal Indígena de Educação Básica do Povo Pitaguary	- Parecer em fase de elaboração no Conselho. - parceria entre as Secretarias de Educação do Município de Maracanaú e do Estado.
GÊNERO	Acompanhamento ao processo de oficialização da Associação das Mulheres Indígenas Jenipapo-Kanindé	Acompanhamento da diretoria da Associação ao cartório e Receita Federal para oficialização da entidade.	Associação oficializada com condições de realizar convênios com órgão governamentais e não governamentais.

AUTO-SUSTENTAÇÃO	<p>Apoio à construção da Casa de Farinha Pitaguary</p> <p>Curso de aperfeiçoamento de artesanato indígena realizado pelo SESI – Serviço Social da Indústria, a fim de preparar o povo Tapeba para o projeto de construção de balcões de confecção e venda de seus artesanatos.</p>	<p>Colaboração na elaboração do projeto, que foi enviado para a Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza e financiado pelo Fundo Diocesano de Solidariedade.</p> <p>Este curso não teve uma participação direta do CDPDH e sim da ONG francesa que está apoiando a construção de galpões de artesanato para o povo Tapeba. Nossa participação tem sido na reflexão de como vai ser a construção e a execução do projeto.</p>	<p>Geração de renda para a comunidade, através da venda da farinha e melhoria na alimentação da comunidade.</p> <p>Melhor qualidade do artesanato.</p>
CAMPANHA DA FRATERNIDAD E 2002	<p>Realização de encontros, treinamentos, debates, entrevistas nos Meios de Comunicação Social para sensibilização das Igrejas e Sociedade em geral.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - realização de treinamentos; - participação em debates; - presença nos MCS; - escolas em geral. 	<ul style="list-style-type: none"> - 38 treinamentos em igrejas, grupos, pastorais; - prioridade para os indígenas; - indígenas e indigenistas; - boa aceitação e divulgação do trabalho dos Povos Indígenas no Ceará; - geração de renda para a comunidade – venda de artesanato.

5. PANORAMA DOS EVENTOS

☉ **Audiências Públicas do Ministério Público Federal - MPF** – aconteceram 04 audiências (uma foi inviabilizada por falta de quorum) nos municípios onde estão localizados os povos acompanhados – *01.02 em Aquiraz* (Jenipapo-Kanindé), contou com aproximadamente 150 pessoas; *19.02 em Caucaia* (Tapeba) e participaram cerca de 500 pessoas; *05.03 em Maracanaú* (Pitaguary), participaram cerca de 300 representantes do município e *25.03 em Pacatuba* (Pitaguary) compareceram apenas 05 representantes do município inviabilizando a audiência.

☉ As audiências seguiram o mesmo esquema – apresentação, histórico da presença indígena no município, debate e encerramento sem encaminhamentos concretos com a proposta de devolução em cartilha a partir dos registros feitos pelo Procurador da República Dr. Paulo Roberto Alencar Araripe. Até então nada foi divulgado sobre o assunto.

☉ Existem duas avaliações, uma que foi positiva, porque deu visibilidade aos povos no município, alguns diretores de escolas começaram a valorizar a cultura dos povos, através de visitas às aldeias e de convites para debates nas escolas. – A outra avaliação é de que após as audiências aumentaram as perseguições e discriminações sofridas pelo povo junto à sociedade local.

☉ **Seminário Ceará Terra da Luz, Terra dos Índios** – aconteceu de 17 a 19 de abril, contou com a presença de representantes de todos os Povos indígenas do Estado do Ceará. Cerca de 500 pessoas passaram no Centro Cultural Dragão do Mar, para conhecer e rever os Índios do Ceará. O Seminário destacou os pontos prioritários da luta do Movimento Indígena – terra, demarcação, educação, saúde e políticas públicas. Coordenaram o Seminário a Procuradoria da República no Ceará, FUNAI e IPHAN. Participaram entidades indigenistas, universidades, escolas, representantes de diversas secretarias do estado e município.

☉ O Movimento indígena avaliou o Seminário como negativo quanto à participação indígena, não foram convidados para discutir a programação, não coordenaram nenhuma mesa e o tempo de fala foi limitado ao debate.

☉ **Semana dos Povos Indígenas 2002** – os Povos receberam diversos convites para irem nas escolas de modo particular o Povo Tapeba, por estarem mais próximos da

cidade de Fortaleza, nestas visitas à programação constou de: exposição da situação dos povos no estado, dança do toré e venda de artesanato (uma das fontes de sobrevivência).

☉ Aconteceu ainda uma Semana de visita programada de escolas de Fortaleza ao Parque Botânico, onde os indígenas caracterizados recebiam os alunos, contavam sua história e os acompanhavam a uma visita no Parque de Preservação Ambiental.

☉ Audiências Públicas: Câmaras municipais e Assembléia Legislativa – em função da Campanha da Fraternidade sobre os Povos Indígenas, aconteceram 03 audiências públicas:

- a) Câmara Municipal de Fortaleza, 25.03, solicitação dos Vereadores Luizianne Lins (PT) e Paulo Mindêlo (PPS);
- b) Câmara Municipal de Caucaia, 23.04, solicitação do Vereador Ambrósio (PT);
- c) Assembléia Legislativa do Ceará, 10.05, solicitação dos Deputados: João Alfredo (PT), Chico Lopes(PC do B), Wellington Landim (PSB) e Eudoro Santana (PSB).

☉ **O objetivo principal das audiências foi reafirmar o compromisso com os Povos indígenas na luta pela demarcação de suas terras. Os Deputados lançaram um documento de apoio à luta dos Povos Indígenas do Ceará:**

- a) **Participação no Grito dos Excluídos e Plebiscito Contra a ALCA :** Há 09 anos a Igreja do Brasil, em parceria com os movimentos populares, vem realizando o Grito dos Excluídos, onde os índios têm participado, falando da sua luta pela terra, demonstrando sua cultura através da dança do Toré, vendendo seus artesanatos, etc. Dessa vez a chamada do Grito foi o plebiscito contra a ALCA, onde os três povos participaram, colocando urnas nas aldeias. Votaram 1.339 indígenas.
- b) **FESTAS:** As festas são momentos de fortalecimento do povo, vivência forte da espiritualidade e de renovar o compromisso de lutar pela Terra-Mãe (indígenas e indigenistas) e, acima de tudo, é uma oportunidade de juntar a comunidade, parentes, amigos, parceiros e entidades para festejar as conquistas e reacender a esperança da luta por justiça, solidariedade e Terra Livre - Sem Males.

Algumas são apropriações das festas dos não índios, que os povos adaptam para o seu jeito, sua realidade. Neste ano tivemos as seguintes festas:

☉ POVO PITAGUARY

04.04 – Festa do Milho

12.06 – Festa de Santo Antônio

23.06 – Festa de São João

☉ 3.2 POVO JENIPAPO-KANINDÉ

09.04 – Festa do Marco Vivo

23.06 – São João do Povo

☉ POVO TAPEBA

18 e 19/10 – II Feira Cultural.

20/10 – Festa da Carnaúba

6. ATIVIDADES DE FORMAÇÃO DA EQUIPE INDIGENISTA

☉ **Atividades mensais da Pastoral Indigenista** – ocasião de intercâmbio da equipe com a Pastoral e momento de estudo de textos ou palestras de indigenistas.

☉ **Encontro de parceiros da Broederlijk Delen** – No encontro deste ano aprofundamos o papel da comunicação nas entidades. O encontro favoreceu repensar todas as formas de comunicação que utilizamos no dia a dia.

☉ **Encontro de Formação com a equipe do CIMI/NE** – acontecido no primeiro semestre deste ano favoreceu um aprofundamento nas formas de lidar com os problemas em cada povo, de acordo com sua realidade.

☉ **Mística das Pastorais Sociais da Arquidiocese de Fortaleza** – toda 1ª segunda-feira de cada mês, ocasião de reflexão e meditação da militância dos membros das pastorais sociais, organismos e CEBs;

- ☉ Participação na equipe do Fundo de Solidariedade da Arquidiocese – devido à Campanha da fraternidade de 2002 ter como foco os povos indígenas, este ano foi convidado um membro da temática para participar da equipe;
- ☉ Visitas de Broederlijk Delen e Misereor (Greet e Michaela) – ocasião de discussão sobre o projeto, favorecendo um melhor entendimento do mesmo por ambas as partes.

7. COMPANHAMENTO PROCESSUAL

☉ Processos na Justiça Federal

2ª Vara

1º Processo : Tapeba

N.º 9725649-9

Tipo: Desapropriação

Autor: Município de Caucaia

Réu: Evaldo Cruz de Sousa e outros

Andamento: Remetido à distribuição para baixa e arquivamento.

3ª Vara

1º Processo : Tapeba

N.º 9326026-0

Tipo: Ação Cautelar

Autor: Esmerino Oliveira Arruda Coelho

Réu: FUNAI e outros

Andamento: Para informação da secretaria em 10/10/2001 (TRF).

2º Processo : Tapeba

N.º 94870-8

Tipo: Ação Declaratória

Autor: Esmerino Oliveira Arruda

Réu: FUNAI e outros

Andamento: Conclusos ao juiz em 03/06/2002 para decisão.

3º Processo : Tapeba

N.º 970009790-0

Tipo: Ação Civil Pública

Autor: MPF

Réu: José Gerardo Oliveira Arruda Filho e outros.

Andamento: Cargo a União Federal em 03/06/2002.

Obs.: Processo não atualizado.

4º Processo : Tapeba

N.º 9618488-7

Tipo: Ação Cautelar

Autor: MPF

Réu: José Gerardo Arruda e outros

Andamento: Concluso para sentença ao juiz em 22/04/2002.

5º Processo : Tapeba

N.º 9724205-6

Tipo: Ação Cautelar

Autor: MPF

Réu: José Gerardo Oliveira de Arruda Filho

Andamento: Petição Pendente loc.- 06/02/2002

Obs.: processo não atualizado.

6ª Vara

1º Processo : Tapeba

N.º 947427-1 antigo (9326024-3)

Tipo: Ação Cautelar

Autor: FUNAI e outro

Réu: Eliézer Oliveira de Arruda Coelho

Andamento: Concluso ao juiz em 24/09/2001 para decisão.

2º Processo : Tapeba

N.º 980022460-2

Tipo: Reintegração de Posse (Ação Diversa)

Autor: Espólio de Luís Evangelista Gondim

Réu: João Simplício Soares

Andamento: Conclusos ao juiz em 15/04/2002 para despacho.

7º Vara

1º Processo : Tapeba

N.º 0077562-2

Tipo: Manutenção de posse – Perícia Antropológica

Autor: TBA

Réu: José Barbosa e outros

Andamento: Local - 20/06/2002, assinar certidão – para informação da secretaria.

2º Processo : Tapeba

N.º 980006633-0

Tipo: Ação Cautelar

Autor: TBA

Réu: Manoel Rodrigues de Abreu e outros

Andamento: Concluso ao Juiz em 15/02/2002 para despacho.

3º Processo : Tapeba

N.º 9716687-2

Tipo: Ação Reivindicatória

Autor: TBA

Réu: Gedeão Holanda Rocha e outros

Andamento: Cargo advogado em 16/02/2001 – para informação da secretaria.

8ª Vara

1º Processo : Tapeba

N.º 980003871-0

Tipo: Ação Reivindicatória

Autor: TBA

Réu: José de Sousa Mendes e outros

Andamento: Conclusos ao Juiz em 24/01/2001 p/ despacho. Expediente para decisão em 06/06/2002.

2º Processo : Jenipapo – Kanindé

N.º 2000814400-0

Tipo: Ação Cautelar. Pedido de liminar para impedir a demarcação da terra, falhas no trabalho da FUNAI

Autor: Pecém Agroindustrial LTDA

Réu: FUNAI

Andamento: Concluso ao juiz em 12/12/2001 para decisão.

3º Processo : Jenipapo – Kanindé

N.º 98018415-5

Tipo: Ação Civil Pública

Autor: MPF

Réu: M. Dias Branco e outros

Andamento: Concluso ao juiz em 23/01/2002 para despacho sem liminar.

4º Processo : Jenipapo – Kanindé

N.º 20008100005294-9

Tipo: Exceção de incompetência

Autor: Pecém Agroindustrial LTDA

Réu: MPF e FUNAI

Andamento: Concluso para sentença em 19/09/2001.

CONCLUSÃO

O presente relatório encerra um ciclo de trabalho, onde visamos contribuir tanto para a construção da autonomia de três povos indígenas do Ceará, como para a erradicação das áreas de risco de Fortaleza. Sabemos que não fizemos tudo o que era preciso, mas fizemos o que estava ao nosso alcance.

Percebemos que os resultados dos projetos foram muitos, principalmente em forma de impacto. No que se refere ao trabalho com as áreas de risco, o atendimento de 27 áreas, a mobilização da sociedade em torno desta problemática e o fortalecimento do Fórum das áreas de Risco podem ser considerados, em síntese, os principais ganhos. Com relação aos povos indígenas acompanhados, alguns impactos importantes podem ser considerados, como é o caso da educação e saúde diferenciadas e as retomadas das terras indígenas.

As comunidades de áreas de risco e os povos indígenas acompanhados deram mostras de maturidade organizacional, demonstrada na forma como dirigiram suas lutas durante esse ano de 2002.

Nesse sentido, acreditamos que o próximo passo é continuar na luta em defesa dos direitos humanos dos dois públicos definidos como prioritários para o CDPDH. No tocante às áreas de risco existem boas perspectivas para o atendimento de novas áreas, principalmente a partir da pressão jurídica junto aos poder público estadual e municipal, exercida pela FBFF com a assessoria jurídica do CDPDH.

Com relação aos povos indígenas a expectativa é de acelerar esse processo de autonomia, colaborando para a reflexão das políticas públicas para os povos indígenas, dando ênfase na necessidade da auto-sustentação destes povos, auto-sustentação esta que está ligada diretamente à defesa da terra e dos recursos naturais, os quais são indispensáveis à vida dos seres vivos.